

• Constituinte

SEGUNDO TURNO

Vinte empresas iniciam "lobby" contra restrição ao capital estrangeiro

por Vera Saavedra Durão do Rio

Um McDonald's na Praça Vermelha. Chineses tomando coca-cola. Hélio Jaguaribe, cientista político, dando seu depoimento sobre o capital estrangeiro no Brasil. Estes são alguns trechos de um vídeo de dez minutos que vai ao ar na próxima segunda-feira, em cadeia nacional de TV, no horário nobre. O filme foi produzido pela tradicional agência MPM e o preço da campanha não deve ultrapassar US\$ 2 milhões.

Recorrer à mídia eletrônica e impressa — também na próxima semana os jornais divulgarão anúncios de meia página sobre a presença do capital estrangeiro na economia nacional — foi o caminho encontrado por um grupo de vinte empresas para combater alguns artigos aprovados pela Constituinte, considerados discriminatórios ao capital estrangeiro.

Assim, essas companhias, entre as quais se destacam a Shell, Brascan, Esso, Xerox e Atlantic, pretendem angariar simpatias da opinião pública através de uma campanha de esclarecimento, que fortaleça suas imagens junto aos parlamentares, únicos com poderes para suprimir emendas nesse segundo turno de votação.

Bolada há um mês, a campanha de esclarecimento já propiciou almoços com a imprensa, contatos com governadores e políticos, debates e deve ser coroada com uma ida do grupo ao presidente Sarney, antes do final do mês. Humberto Mota, do grupo Brascan, disse que o pedido de audiência ao supremo

mandatário já foi feito. Resta apenas marcar a data do encontro.

As multinacionais estão preocupadas com os artigos da Constituição que priorizam o capital nacional nos investimentos públicos, com a definição de empresa nacional, com o fim dos contratos de risco e, principalmente, com a nacionalização da exploração do subsolo brasileiro.

Em sua mensagem eletrônica, o capital estrangeiro instalado no País procurará mostrar que o desenvolvimento econômico nacional não será plenamente alcançado se dispuser apenas da poupança interna. Segundo dados que divulgará, retirados do livro de Maria Helena Zocun, da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), as empresas estrangeiras responderam por 26% do Produto Interno Bruto (PIB) industrial em 1980; por 19% do emprego nesse setor (perto de 900 mil empregos diretos) e por 35% dos impostos indiretos recolhidos sobre o valor adicionado nessa atividade (IPI, ISS, ICM, IUC e IUM).

Na avaliação dos multinacionais do grupo, alguns artigos da Constituição — que gostariam de ver suprimidos, como os de nº 200, 205 e 206 — vão representar, na verdade, um retrocesso, representando "riscos" para o futuro do País.

E consideram que o Brasil, caso tais artigos sejam aprovados, está desprezando investimentos que, hoje, são disputados até pelos países socialistas, entre os quais a URSS e a China, como o filme da TV procurará mostrar.

Governo estuda meios de compensar perdas da União

por Mariângela Hamu de Brasília

O presidente José Sarney examinou ontem durante longa reunião com seus principais ministros e líderes no Congresso, os resultados preliminares de um amplo levantamento feito pela Secretaria de Planejamento sobre o impacto das inovações contidas no texto aprovado no primeiro turno dos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte. A nova Constituição poderá tirar da União até 17% do total de suas receitas — informou aos participantes o ministro-chefe da Seplan, João Batista de Abreu.

Durante uma hora e meia, o presidente e seus auxiliares examinaram as possibilidades reais de mobilização do governo para atrair a Brasília o maior número possível de constituintes afinados com o pensamento do Palácio do Planalto, no segundo turno dos trabalhos, que começa na próxima semana. Mas concluiu-se que, desta vez, esta missão será significativamente mais difícil, já que cada parlamentar estará engajado nas campanhas para as prefeituras em todos os estados do Brasil.

Passou-se a examinar, assim, os meios de que o governo dispõe para compensar as perdas que sofrerá a União. E concluiu-se que uma profunda revisão no orçamento da União (em fase de reexame, no momento), de maneira a adaptá-lo à nova partilha de rendas públicas determinadas pela Assembleia Nacional Constituinte, será a única maneira de evitar o colapso das contas públicas, informou a este jornal um dos auxiliares do presidente, participante da reunião.

Os resultados apresentados pelo ministro João Batista de Abreu foram "tão assustadores" — na opi-

Um documento com as propostas

por Ascânio Selene de Brasília

O governo pode produzir um documento à Nação, onde colocaria suas posições sobre questões consideradas graves aprovadas na Assembleia Nacional Constituinte. De acordo com um dos participantes da reunião de ontem, entre o presidente José Sarney, ministros de Estado e constituintes, realizada no Palácio do Planalto, o documento mostraria ao País a condição de "ingovernabilidade" que a nova Carta poderia gerar sobre a administração pública federal.

Segundo esse participante da reunião, a proposta do documento partiu do ministro dos Transportes, Reinaldo Tavares, e serviria como uma manifestação de caráter "histórico" do governo sobre o

texto constitucional que está sendo elaborado. O documento à Nação, se vingasse a proposta original, seria apresentado nesta quinta-feira, seria distribuído amplamente e mereceria uma mensagem do presidente Sarney em cadeia nacional de rádio e televisão.

O líder do governo na Constituinte, deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), disse, após o encontro, que o governo vai primeiro tomar conhecimento detalhado do impacto do texto nas suas contas e na sua administração, para depois tomar qualquer medida paralela. Sant'Anna admitiu que a ideia do documento foi abordada, mas entende que, primeiro, "temos que sair deste empirismo sobre o impacto, ou impactos, da nova Constituição no governo".

Sant'Anna citou, a título de exemplo do empirismo, a

não de um dos participantes — que Sarney pediu uma nova leitura dos números novos técnicos do governo. Ficou estabelecido, assim, que o ministro-chefe da Seplan apresentará, até o final da semana, um estudo conclusivo ao presidente.

As Disposições Transitórias foram exaustivamente examinadas pelo grupo. Nelas estão contidos, por exemplo, os artigos que tratam da aposentadoria, benefícios e pensões na área da Previdência Social, que se transformaram, nos últimos dias, numa das maiores preocupações do governo.

Entre estes artigos há o que permite ao servidor público, para efeitos de aposentadoria ou transferência para a inatividade, optar pelas "normas em vigor na data da admissão ou

durante sua atividade no serviço público, desde que mais benéficas". O líder do governo na Constituinte, deputado Carlos Sant'Anna, por exemplo, poderia se aposentar como ministro (foi ministro da Saúde no início deste governo), embora seja médico, já que poderia optar pelo melhor salário para se aposentar. Abreu considerou este artigo — o 23 — um dos que mais problemas trariam ao governo.

Durante a reunião, um dos ministros lembrou ainda a necessidade de o governo examinar as prioridades dos empresários, que encaminharam documento ao governo sugerindo atenção especial a 24 artigos do texto, neste segundo turno. Muitos deles estão, sem dúvida, na lista de prioridades elaboradas pelo Palácio do Planalto, e as

emendas supressivas que poderão alterá-los ou simplesmente derrubá-los já estão redigidas e serão submetidas à votação do plenário.

Participaram do encontro, além do presidente, os ministros Antônio Carlos Magalhães, das Comunicações; Prisco Vianna, da Habitação e Urbanismo; Borges da Silveira, da Saúde; Jader Barbalho, da Reforma Agrária; Ronaldo Costa Couto, do Gabinete Civil; o ministro interino da Fazenda, Paulo César Ximenes, da Seplan; João Batista de Abreu, e os líderes do governo na Constituinte. Depois do encontro Ximenes disse que "este 1 trilhão de que se fala é só o que se gastará com as anistias". "O resto é praticamente impossível avaliar. A União não tem reserva para fazer justiça", disse.

Ministros avaliarão os custos da nova Carta para o governo federal

por Ascânio Selene de Brasília

Por insistência dos líderes do governo e do PFL na Constituinte, os ministros da área econômica vão levantar os custos totais resultantes dos trabalhos constituintes na administração federal. A decisão foi tomada pelo presidente Sarney depois de manter reunião com nove ministros de Estado e quatro constituintes na manhã de ontem, no Palácio do Planalto.

O desejo de Sarney, segundo informou o líder do governo na Constituinte, deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), presente à reunião, é conhecer detalhadamente o impacto de diversos artigos dos direitos individuais, coletivos e trabalhistas, além de outros benefícios introduzidos no projeto da nova Constituição, para depois definir uma forma de ação no segundo turno para minimizar seu impacto junto à administração federal. Os números preliminares já são conhecidos (veja matéria nesta página).

Carlos Sant'Anna disse que um dos capítulos que mais preocupa o governo é o do sistema previdenciário do País. Sant'Anna mostrou ao presidente Sarney o "rol de benefícios explícitos" no projeto constitucional. "Não consegui mostrar ao presidente os recursos gerados na nova Constituição para cobrir tantos benefícios concedidos, mesmo porque eles não existem", lamentou o líder após a reunião.

Ainda no item Previdência Social, Carlos Sant'Anna disse que o governo critica a aposentadoria de professores aos 25 anos de serviço, e a redução da idade da aposentadoria para 65 anos para homens e 60 para mulheres. O artigo 23 das Disposições Transitórias também mereceu críticas na reunião do palácio. Esse artigo estabelece que prevalecerá para o

servidor público as normas em vigor à data da sua admissão para aposentadoria ou transferência para a inatividade.

Os líderes disseram ao presidente e seus ministros que, embora haja empenho, o governo detém pouco "poder de fogo" nesta segunda fase dos trabalhos constitucionais. "Os pontos principais são difíceis de se mudar. O PMDB não abre mão dos ganhos sociais", lamentou o deputado José Lourenço. Entre estes pontos sociais, Lourenço destacou o turno único de seis horas, em que já existe acordo para a retirada da palavra "máxima", limitando a matéria no texto constitucional.

"Apenas a Siderbrás terá que contratar outros 22 mil trabalhadores para cobrir o buraco que o dispositivo cria nas estações siderúrgicas", explicou José Lourenço. Segundo o líder do PFL, a matéria vai garantir ao País "perda de mercado internacional" já que a contratação de novos funcionários não gera aumento da produtividade mas assegura aumento dos produtos siderúrgicos produzidos. Os líderes, entretanto, pensam que vão conseguir derrubar alguns pontos neste segundo turno: anistia aos microempresários e produtores rurais, anistia fiscal, tabelamento dos juros em 12%, e alguns pontos do sistema previdenciário. Na reunião do palácio, ironicamente, os ministros da área econômica garantiram aos líderes que o artigo 22 das Disposições Transitórias, que estabiliza servidores com mais de cinco anos de serviço, não representa custo algum ao governo. Outros pontos que o governo quer derrubar: voto facultativo aos 16 anos, adicional de um terço do salário nas férias do trabalhador, licença paternidade, criação de impostos estaduais e impostos municipais sobre a venda de combustíveis.

Começa a negociação sobre os temas polêmicos

por Adriana Vera e Silva de Brasília

Os líderes partidários da Assembleia Constituinte reúnem-se hoje às 11 horas para discutir acordos sobre os temas que cada partido deseja manter ou modificar no segundo turno de votação da Assembleia, que está marcado para começar na próxima segunda-feira. O encontro foi convocado pelo presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, e servirá de parâmetro para que os partidos definam as emendas que irão destacar para serem votadas no segundo turno.

O período para a apresentação de destaques às solicitações dos autores das emendas para que elas sejam votadas pelo plenário começa amanhã e termina na sexta-feira.

Os líderes do grupo suprapartidário "Centrão" fizeram ontem à tarde uma reunião para definir os tópicos que o grupo pretende manter e modificar em relação ao texto constitucional aprovado no primeiro turno.

"A saída do encontro, o deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE) enumerou as prioridades do "Centrão" para o segundo turno da Constituinte. Segundo o deputado, "há pelo menos quinze pontos que o 'Centrão' considera fundamentais para a nova Constituição e nosso grupo conseguirá os 280 votos necessários para aprovar ou rejeitar as emendas referentes a estes tópicos".

Na avaliação de outro líder do "Centrão", o deputado José Lins (PFL-CE), o grupo "conta com cerca de 170 constituintes de diversos partidos".

Entre as questões que o grupo conservador considera prioritárias para o segundo turno, estão diversos temas referentes aos direitos trabalhistas, como a licença-paternidade, a jor-

nada diária de seis horas de trabalho nos locais de funcionamento ininterrupto, a proibição de demissão de líderes sindicais e o direito de greve.

Segundo Fiúza, o "Centrão" aceita negociações em torno desses temas. "Em último caso, podemos retirar apenas a expressão 'máxima' da jornada de seis horas e manter o princípio da licença-paternidade e do direito de greve, desde que o prazo da licença e a definição dos serviços essenciais sejam remetidos para a legislação complementar."

A possibilidade de voto aos maiores de 16 anos é um dos artigos que o grupo conservador pretende suprimir sem negociações, assim como o Imposto Sobre Fortunas, ambos estabelecidos pelo texto aprovado no primeiro turno. O grupo também não aceita negociar o artigo que se refere à reforma agrária.

O "Centrão" pretende modificar na segunda rodada de votações da Constituinte a definição de empresa nacional e o monopólio da exploração de minerais por empresas brasileiras de capital nacional, além do tabelamento dos juros. "Na pior hipótese podemos aceitar o princípio de que os juros serão tabelados, desde que seja suprimida do texto constitucional a percentagem de 12%", disse o deputado Fiúza.

Ele declarou desconhecer as prioridades do governo federal em relação ao segundo turno, mas disse que "o 'Centrão' terá muito prazer em defender as posições do governo quando forem coincidentes com as do grupo".

Para um dos líderes dos partidos de esquerda, o deputado José Genoíno (PT-SP), "o único tema em que a esquerda tem divergências é a unicidade sindical; no resto, estamos unidos e não vamos fazer acordos".

Campanha de Mesquita

Em campanha por todo o País para manter a ilha de Fernando de Noronha sob jurisdição da União, o governador do atual território, Fernando César Mesquita, argumentou ontem que o ambiente natural da área será devastado caso ela se transforme em município de Pernambuco, co-

mo foi aprovado no primeiro turno da Constituinte. Segundo a Agência Globo, ele concorda que será muito difícil derrubar este artigo no segundo turno e, por isso, está visitando todos os estados para obter apoio de governadores e líderes políticos.

Agenda

Ontem	Hoje
<p>• PUBLICAÇÃO DO PARECER — Ontem foi o último dia do prazo para a publicação do parecer do relator Bernardo Cabral (PMDB-AM) sobre as emendas apresentadas para o segundo turno de votação da Assembleia Nacional Constituinte, que deve começar na próxima segunda-feira.</p>	<p>• REUNIÃO — O parecer será distribuído aos constituintes. As 11 horas, os líderes dos partidos se reúnem com o presidente da Assembleia, deputado Ulysses Guimarães, para discutir acordos sobre os temas que cada grupo pretende modificar ou manter no texto constitucional.</p>